



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1322/2020

Processo nº 2020-ZBT30
Pregão nº 0610/2020

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pela Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde, Sra. **QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8068164964 e inscrita no CPF nº 779.664.570-87, nomeada pelo Decreto nº 0560-S, de 04/05/2020 e publicado no DIO de 05/05/2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de, PREGÃO, PARA **REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, sob nº 0610/2020, RESOLVE registrar os preços da empresa **INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA (CNPJ 59.309.302/0001-99)**, localizada na Av. Comendador Jose Zillo, 160, Distrito Industrial, Ourinhos - SP, CEP 19908-170, neste ato representada pelo Sr. **VICENTE DE PAULO MACHADO**, portador da Carteira de Identidade RG nº 954342 e inscrito no CPF sob o nº 890.886.547-00, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto Estadual 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual 1.790-R/2007, e suas alterações incluídas pelo Decreto 3540-R, publicado em 11 de março de 2014, pela Lei 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO - MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR**, dos produtos especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) Anexo A - Especificação dos preços;
- b) Anexo B - Modelo de Ordem de Fornecimento;
- c) o Edital e todos os seus Anexos;
- d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão inclusas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- 3.1.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 3.1.2 - frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- 3.1.3 - convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- 3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, até o décimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01 (um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 10 dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1 - A entrega dos produtos dar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da ordem de fornecimento.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

9.2 - Os produtos serão entregues em dias úteis, nos seguintes endereços:

9.1.2.1 CAPAAC – Centro de Atendimento Psiquiátrico Dr. Aristides Alexandre Campos; Rua Leopoldino Smarzaró nº 17, Bairro Monte Cristo, Cachoeiro de Itapemirim, CEP 27.605/00008-62;

9.1.2.2 CREFES - Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo, Rua Gastão Roubach s/nº, Praia da Costa, Vila Velha (ES), CEP 29.101-020;

9.1.2.3 DSPM - Hospital da Polícia Militar, Rua Joubert de Barros nº 555, Bento Ferreira, Vitória (ES), CEP 29050-720;

9.1.2.4 HABF - Hospital Antônio Bezerra de Farias; Rua Castelo Branco, nº 2012, Jaburuna, Vila Velha (ES), CEP 29100-040; 27.080.605/0009-43

9.1.2.5 HDRC - Hospital Dra. Rita de Cássia, Avenida Vitória Fernandes de Jesus, nº 91 Bairro Irmãos Fernandes. Referência: saída para Ecoporanga, galpão atrás do Posto Milcar. Barra de São Francisco (ES) CEP 29800-000;

9.1.2.6 HDS - Hospital Dório Silva, Av Euder Scherez de Souza, s/nº, Parque Residencial Laranjeiras, Serra (ES) CEP 29175-680;

9.1.2.7 HEAC - Hospital Estadual de Atenção Clínica; Rodovia Governador Jose Sete, km 6,5, Alameda Élcio Álvares s/nº, Tucum, Cariacica (ES) CEP 291529-600 27.080.605/0014-00;

9.1.2.8 HESVV - Hospital Estadual de Vila Velha ; Avenida Anésio José Simões, 76 São Torquato, Vila Velha, CEP 29114-350; 27.080.605/0001-96;

9.1.2.9 HINSG - Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, Rua Mary Ubirajara, nº 205, Santa Lucia, Vitoria (ES), CEP 29027-080;

9.1.2.10 HJSN - Hospital João dos Santos Neves, Rua Dr. Lopes Nalle nº 319, Centro, Baixo Guandu (ES), CEP 29730-000;

9.1.2.11 HMSA - Hospital e Maternidade Silvío Ávidos, Rua Cassiano Castelo nº 307, Centro, Colatina (ES), CEP 29700-060;

9.1.2.12 HPF - Hospital Dr. Pedro Fontes, BR 101, Rodovia do Contorno Km 9 Itanhenga, Cariacica (ES), CEP 29156-000;

9.1.2.13 HRAS - Hospital Roberto Arnizaut Silveiras, Rodovia Otovarino Duarte Santos Km 3, São Mateus (ES), CEP 29933-430;

9.1.2.14 HSJC - Hospital São José do Calçado; Rua Dr. José Fernandes Medina s/nº, Centro, São José do Calçado (ES), CEP 29470-000; 27.189.505/0013-36;

9.1.2.15 UIJM - Hospital de Jerônimo Monteiro, Av. Dr. José Farah nº 34, Jerônimo Monteiro (ES), CEP 29550-000.

9.3 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.3.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.3.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DO PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS

10.1 - Os produtos objeto deste Contrato terão prazo de garantia coincidente com o prazo de validade dos produtos fornecidos, não podendo ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data de sua entrega.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

- a) entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período de garantia;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- e) As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos;
- f) Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

11.2 - Compete à Contratante:

- a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- b) definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

- 12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;
- 12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;
- 12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 12.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) advertência;
- b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;
- d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12.2.2 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

12.2.3 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.4 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.5 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;

d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;

f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

14 - DA RESCISÃO

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15 - DOS ADITAMENTOS

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16 - DOS RECURSOS

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo(a) (UNIDADE DO ÓRGÃO), designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

18 - DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA

Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde
Contratante

VICENTE DE PAULO MACHADO

Injex Industrias Cirurgicas Ltda
Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS DE BENS DE CONSUMO – MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
1	151492	1	SERINGA DESCARTAVEL; ESTERIL; CAPACIDADE: 5 ML, SEM AGULHA, GRADUACAO: ESCALA GRADUADA A CADA 0,1ML ; MATERIAL: PLASTICO, APIROGENICO , TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDO E RESISTENTE. BICO: CENTRAL LUER SLIP, EMBOLO EM BORRACHA ATOXICA NA PONTA. SILICONIZADA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. O ROTULO DEVERA CONTER INSTRUcoes CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERACOES POSTERIORES, LEGISLACAO: DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDADE	626.000

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
4	134844	1	SERINGA DESCARTAVEL; CAPACIDADE: 10 ML, AGULHA: SEM AGULHA, GRADUACAO/ESCALA: GRADUADA A CADA 0,2ML; MATERIAL: PLASTICO, PROPRIEDADES FISICAS: APIROGENICO INTEGRO E TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA UTILIZACAO, BICO: CENTRAL LUER LOCK, ACABAMENTO: EMBOLO BORRACHA ATOXICA NA PONTA, ESTERILIDADE: ESTERIL/SILICONIZADA. EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, NUMERO LOTE/SERIE, CONDICoes DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUcoes CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERACOES POSTERIORES, LEGISLACAO: DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	UNIDADE	1.082.000

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
5	141896	1	SERINGA DESCARTAVEL; CAPACIDADE: 10 ML, SEM AGULHA, GRADUADA A CADA 0,2ML; MATERIAL: PLASTICO, APIROGÊNICO INTEGRO E TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDO E RESISTENTE A UTILIZACAO. BICO CENTRAL LUER SLIP; EMBÔLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA; ESTERIL; SILICONIZADA; EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, ROTULAGEM: DEVERA CONTER INSTRUcoes CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERACÔES POSTERIORES. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NA ANVISA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDADE	1.822.200

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
6	141895	1	SERINGA DESCARTAVEL; CAPACIDADE: 20 ML; SEM AGULHA; GRADUADA A CADA 1ML; MATERIAL: PLASTICO, APIROGÊNICO INTEGRO E TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDO E RESISTENTE A UTILIZACAO. BICO CENTRAL LUER SLIP; EMBÔLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA; ESTERIL; SILICONIZADA; EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA; ROTULAGEM: DEVERA CONTER INSTRUcoes CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERACÔES POSTERIORES. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NA ANVISA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	UNIDADE	1.587.300



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

1.1 - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.2 - A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima importará em desclassificação do licitante.

1.3 - CLASSIFICAÇÃO COMO BENS COMUNS

1.4 - Caso existam divergências entre o disposto neste Edital e no sistema eletrônico quanto à descrição do objeto, deverá ser observada a redação contida neste instrumento convocatório.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- b) definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

2.2 - São obrigações da CONTRATADA:

- a) entregar os medicamentos de acordo com as condições e se responsabilizar pelo período da validade;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- e) As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos;
- f) Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

3 - DA VALIDADE

3.1 - A validade destes produtos, contada a partir do recebimento dos mesmos pela Administração, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

4 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

4.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Lotes acima descritos**.

4.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em **conforme Detalhamento do Objeto**.

4.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

4.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

- a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 3.1 a 3.3;
- b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;
- c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

4 - DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS

4.1 - Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

5 - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 Da fiscalização:

5.1.1 As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão abrir um processo de compra específico para cada Ata de Registro de Preços, visto que o processo mãe estará de posse da SESA.

5.1.2 A fiscalização do contrato será de responsabilidade do fiscal indicado por cada órgão e unidade participante;

5.1.3 A aceitação do medicamento será certificada pelo serviço de farmácia ou por um servidor designado para este fim, mediante atesto na nota fiscal, juntamente com o fiscal da unidade, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento;

5.1.4 A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente;

5.1.5 As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

5.2 Das obrigações da contratada:

5.2.1 Os medicamentos devem ser entregues nas unidades solicitantes em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA, acompanhados da documentação fiscal em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade de medicamento entregue.

5.2.2 O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e a integridade dos mesmos. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados e transportados sob controle de temperatura adequado, dentro das condições estabelecidas pelo fabricante.

5.2.3 Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter em seus rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa, quais sejam: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

5.2.4 As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

5.2.5 De acordo com a Portaria n. 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO".

5.2.6 Respeitar e cumprir com os prazos de entrega dos itens comprados, observando os períodos de parcelamento e quantidades.

5.2.7 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Estado.

5.2.8 Fornecer amostra do produto quando solicitado, para laudo técnico de utilização.

5.3 Das obrigações da contratante:

5.3.1 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens solicitados.

5.3.2 Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.

5.3.3 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado. 5.3.4 Atestar notas fiscais correspondentes após o recebimento dos itens comprados.

5.3.5 Receber e fiscalizar os produtos entregues, verificando a sua correspondência com as especificações prescritas no edital, atestando sua conformidade.

5.3.6 Designar formalmente um servidor da unidade gestora para acompanhar e fiscalizar a execução da autorização de fornecimento ou instrumentos equivalentes.

5.3.7 Notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

6 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

As quantidades máximas solicitadas foram obtidas por meio da pesquisa de quantitativo 89168, conforme documento em anexo, junto às unidades participantes realizada no SIGA. A seguir estão elencadas as quantidades informadas pelas unidades para o consumo de 12 meses e as especificações completas de cada lote.

As quantidade mínima estimada do objeto a ser adquirida pelos órgãos e entidades participantes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, será fixada em 20% (vinte por cento) da quantidade máxima de cada item, para fins de cumprimento do inciso II, do artigo 13, do Decreto Estadual 1.790-R/2007.

Lote	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANTIDADE SOLICITADA	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIRA	Total
1	SERINGA DESCARTÁVEL; ESTÉRIL; CAPACIDADE: 5 ML, SEM AGULHA, GRADUAÇÃO: ESCALA GRADUADA A CADA 0,1ML ; MATERIAL: PLÁSTICO, APIROGÊNICO , TRANSPARENTE, ATÓXICO, RÍGIDO E RESISTENTE. BICO: CENTRAL LUER SLIP, EMBOLO EM BORRACHA ATÓXICA NA PONTA. SILICONIZADA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA. O ROTULO DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES CONFORME RESOLUÇÃO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, LEGISLAÇÃO: DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE. CÓD.: 151492	CAPAAC	0	0	626000
		CREFES	1200	240	
		DSPM	0	0	
		HABF	3000	600	
		HDRC	50000	10000	
		HDS	80000	16000	
		HEAC	50000	10000	
		HESV	30000	6000	
		HINSG	240000	48000	
		HJSN	24000	4800	
		HMSA	40000	8000	
		HPF	0	0	
		HRAS	80000	16000	
HSJC	7800	1560			
UIJM	20000	4000			

Lote	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANTIDADE SOLICITADA	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIRA	Total
4	SERINGA DESCARTÁVEL; CAPACIDADE: 10 ML, AGULHA: SEM AGULHA, GRADUAÇÃO/ESCALA: GRADUADA A CADA 0,2ML; MATERIAL: PLÁSTICO, PROPRIEDADES FÍSICAS: APIROGÊNICO INTEGRAL E TRANSPARENTE, ATÓXICO, RÍGIDEZ E RESISTÊNCIA MECÂNICA NA UTILIZAÇÃO, BICO: CENTRAL LUER LOCK, ACABAMENTO: EMBOLO BORRACHA ATÓXICA NA PONTA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL/SILICONIZADA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, ROTULAGEM: DEVERÁ CONTER IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, NÚMERO LOTE/SERIE, CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUÇÕES CONFORME RESOLUÇÃO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, LEGISLAÇÃO: DE ACORDO COM LEGISLAÇÃO ATUAL VIGENTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE. CÓD.: 134844	CAPAAC	500	100	1082000
		CREFES	0	0	
		DSPM	37500	7500	
		HABF	202000	40400	
		HDRC	0	0	
		HDS	30000	6000	
		HEAC	20000	4000	
		HESV	150000	30000	
		HINSG	130000	26000	
		HJSN	24000	4800	
		HMSA	150000	30000	
		HPF	2000	400	
		HRAS	256000	51200	
HSJC	0	0			
UIJM	80000	16000			

Lote	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANTIDADE SOLICITADA	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIRA	Total
5	SERINGA DESCARTÁVEL; CAPACIDADE: 10 ML, SEM AGULHA, GRADUADA A CADA 0,2ML; MATERIAL: PLÁSTICO, APIROGÊNICO INTEGRAL E TRANSPARENTE, ATÓXICO, RÍGIDO E RESISTENTE A UTILIZAÇÃO. BICO CENTRAL LUER SLIP; EMBOLO DE BORRACHA ATÓXICA NA PONTA; ESTÉRIL; SILICONIZADA; EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA, ROTULAGEM: DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES CONFORME RESOLUÇÃO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NA ANVISA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE. CÓD.: 141896	CAPAAC	0	0	1822200
		CREFES	1200	240	
		DSPM	0	0	
		HABF	10000	2000	
		HDRC	120000	24000	
		HDS	500000	100000	
		HEAC	65000	13000	
		HESV	150000	30000	
		HINSG	250000	50000	
		HJSN	50000	10000	
		HMSA	280000	56000	
		HPF	0	0	
		HRAS	256000	51200	
HSJC	60000	12000			
UIJM	80000	16000			

Lote	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANTIDADE SOLICITADA	QUANTIDADE MÍNIMA A SER ADQUIRIRA	Total
6	SERINGA DESCARTÁVEL; CAPACIDADE: 20 ML; SEM AGULHA; GRADUADA A CADA 1ML; MATERIAL: PLÁSTICO, APIROGÊNICO INTEGRAL E TRANSPARENTE, ATÓXICO, RÍGIDO E RESISTENTE A UTILIZAÇÃO. BICO CENTRAL LUER SLIP; EMBOLO DE BORRACHA ATÓXICA NA PONTA; ESTÉRIL; SILICONIZADA; EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSÉPTICA; ROTULAGEM: DEVERÁ CONTER INSTRUÇÕES CONFORME RESOLUÇÃO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NA ANVISA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE. CÓD.: 141895	CAPAAC	500	100	1587300
		CREFES	1000	200	
		DSPM	6000	1200	
		HABF	160000	32000	
		HDRC	150000	30000	
		HDS	300000	60000	
		HEAC	110000	22000	
		HESV	120000	24000	
		HINSG	95000	19000	
		HJSN	36000	7200	
		HMSA	200000	40000	
		HPF	2000	400	
		HRAS	300000	60000	
HSJC	46800	9360			
UIJM	60000	12000			



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1322/2020

ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 1322/2020**, celebrada entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão Nº 0610/2020**.

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VR MÁXIMO ITEM	UNIT. POR	VALOR TOTAL POR ITEM
1	151492	1	SERINGA DESCARTAVEL; ESTERIL; CAPACIDADE: 5 ML, SEM AGULHA, GRADUACAO: ESCALA GRADUADA A CADA 0,1ML ; MATERIAL: PLASTICO, APIROGENICO , TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDO E RESISTENTE. BICO: CENTRAL LUER SLIP, EMBOLO EM BORRACHA ATOXICA NA PONTA. SILICONIZADA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. O ROTULO DEVERA CONTER INSTRUcoes CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERACOES POSTERIORES, LEGISLACAO: DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDADE	626.000	0,1325		82.945,00

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VR MÁXIMO ITEM	UNIT. POR	VALOR TOTAL POR ITEM
4	134844	1	SERINGA DESCARTAVEL; CAPACIDADE: 10 ML, AGULHA: SEM AGULHA, GRADUACAO/ESCALA: GRADUADA A CADA 0,2ML; MATERIAL: PLASTICO, PROPRIEDADES FISICAS: APIROGENICO INTEGRO E TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA UTILIZACAO, BICO: CENTRAL LUER LOCK, ACABAMENTO: EMBOLO BORRACHA ATOXICA NA PONTA, ESTERILIDADE: ESTERIL/SILICONIZADA. EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, NUMERO LOTE/SERIE, CONDICAOES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUcoes CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERACOES POSTERIORES, LEGISLACAO: DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	UNIDADE	1.082.000	0,2587		279.913,40

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VR MÁXIMO ITEM	UNIT. POR	VALOR TOTAL POR ITEM
5	141896	1	SERINGA DESCARTAVEL; CAPACIDADE: 10 ML, SEM AGULHA, GRADUADA A CADA 0,2ML; MATERIAL: PLASTICO, APIROGÊNICO INTEGRO E TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDO E RESISTENTE A UTILIZACAO. BICO CENTRAL LUER SLIP; EMBOLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA; ESTERIL; SILICONIZADA; EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, ROTULAGEM: DEVERA CONTER INSTRUcoes CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERACOES POSTERIORES. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NA ANVISA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.	UNIDADE	1.822.200	0,2557		465.936,54



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT	VR MÁXIMO ITEM	UNIT. POR	VALOR TOTAL POR ITEM
6	141895	1	SERINGA DESCARTAVEL; CAPACIDADE: 20 ML; SEM AGULHA; GRADUADA A CADA 1ML; MATERIAL: PLASTICO, APIROGÊNICO INTEGRO E TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDO E RESISTENTE A UTILIZACAO. BICO CENTRAL LUER SLIP; EMBÓLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA; ESTERIL; SILICONIZADA; EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA; ROTULAGEM: DEVERA CONTER INSTRUÇÕES CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NA ANVISA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	UNIDADE	1.587.300	0,3887		616.983,51

REPRESENTANTE: INJEX INDUSTRIAS CIRURGICAS LTDA (CNPJ 59.309.302/0001-99), localizada na Av. Comendador Jose Zillo, 160, Distrito Industrial, Ourinhos - SP, CEP 19908-170, neste ato representada pelo Sr. VICENTE DE PAULO MACHADO, portador da Carteira de Identidade RG nº 954342 e inscrito no CPF sob o nº 890.886.547-00

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SESA - SSAS
assinado em 17/12/2020 10:40:16 -03:00

VICENTE DE PAULO MACHADO
CIDADÃO
assinado em 21/12/2020 11:43:48 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 21/12/2020 11:43:48 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ALESANDRO JOSE LIBERATTO JUSTO (ASSISTENTE GERENCIA QC-02 - SESA - NECV)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2020-0X4KJ5>

INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.
AV. COMENDADOR JOSÉ ZILLO, 160 - DISTRITO INDUSTRIAL - OURINHOS-SP.
CNPJ-59.309.302/0001-99 - INSC. EST. 495.044.013.118 - CEP 19908-170
C.X.postal - 075 FONE - PABX : 0055 14 - 3302-2900 e-mail: injex@injex.com.br
Visite nosso site: <http://www.injex.com.br> SAC: 0800 7 70 60 80

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Rua Engenheiro Guilherme José Monjardim Varejão, 225, Ed. Enseada Plaza, Enseada do Suá,
Vitória, ES, CEP: 29050-260

Tel.: (27) 3347-5745/5746 - Fax: (27) 3347-5758

CNPJ/MF: 27.080.605/0001-96

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0610/2020 – PROCESSO NR 2020-ZBT30

PROPOSTA COMERCIAL

LOTE 01 626 PCS

SERINGA DESCARTAVEL; ESTERIL; CAPACIDADE: 5 ML, SEM AGULHA, GRADUACAO: ESCALA GRADUADA A CADA 0,1ML ; MATERIAL: PLASTICO, APIROGENICO , TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDO E RESISTENTE. BICO: CENTRAL LUER SLIP, EMBOLO EM BORRACHA ATOXICA NA PONTA. SILICONIZADA. EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA. O ROTULO DEVERA CONTER INSTRUcoes CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERACOES POSTERIORES, LEGISLACAO: DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE.MARCA INJEX

PREÇO UNITARIO:0,1325

PREÇO TOTAL: 82.945,00

LOTE 04 1.082.000 PÇS

SERINGA DESCARTAVEL; CAPACIDADE: 10 ML, AGULHA: SEM AGULHA, GRADUACAO/ESCALA: GRADUADA A CADA 0,2ML; MATERIAL: PLASTICO, PROPRIEDADES FISICAS: APIROGENICO INTEGRO E TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDEZ E RESISTENCIA MECANICA NA UTILIZACAO, BICO: CENTRAL LUER LOCK, ACABAMENTO: EMBOLO BORRACHA ATOXICA NA PONTA, ESTERILIDADE: ESTERIL/SILICONIZADA. EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, ROTULAGEM: DEVERA CONTER IDENTIFICACAO DO MATERIAL, DADOS FABRICANTE/IMPORTADOR, NUMERO LOTE/SERIE, CONDICOOES DE ARMAZENAMENTO E DEMAIS INSTRUcoes CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERACOES POSTERIORES, LEGISLACAO: DE ACORDO COM LEGISLACAO ATUAL VIGENTE, UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE / MARCA INJEX

PREÇO UNITÁRIO: 0,2587

PREÇO TOTAL: 279.913,40

INJEX INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.

AV. COMENDADOR JOSÉ ZILLO, 160 - DISTRITO INDUSTRIAL - OURINHOS-SP.
CNPJ-59.309.302/0001-99 - INSC. EST. 495.044.013.118 - CEP 19908-170
C.X.postal - 075 FONE - PABX : 0055 14 - 3302-2900 e-mail: injex@injex.com.br
Visite nosso site: <http://www.injex.com.br> SAC: 0800 7 70 60 80

LOTE 05 1.822.200 PCS

SERINGA DESCARTAVEL; CAPACIDADE: 10 ML, SEM AGULHA, GRADUADA A CADA 0,2ML; MATERIAL: PLASTICO, APIROGÊNICO INTEGRO E TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDO E RESISTENTE A UTILIZACAO. BICO CENTRAL LUER SLIP; EMBÔLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA; ESTERIL; SILICONIZADA; EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA, ROTULAGEM: DEVERA CONTER INSTRUcoes CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NA ANVISA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: MARCA INJEX

PREÇO UNITÁRIO: 0,2557

PREÇO TOTAL: 465.936,54

LOTE 06 1.587.300 PCS

SERINGA DESCARTAVEL; CAPACIDADE: 20 ML; SEM AGULHA; GRADUADA A CADA 1ML; MATERIAL: PLASTICO, APIROGÊNICO INTEGRO E TRANSPARENTE, ATOXICO, RIGIDO E RESISTENTE A UTILIZACAO. BICO CENTRAL LUER SLIP; EMBÔLO DE BORRACHA ATOXICA NA PONTA; ESTERIL; SILICONIZADA; EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL QUE PROMOVA BARREIRA MICROBIANA E ABERTURA ASSEPTICA; ROTULAGEM: DEVERA CONTER INSTRUcoes CONFORME RESOLUCAO RDC Nº 185, DE 22/10/2001, ANVISA E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O PRODUTO DEVERA TER REGISTRO NA ANVISA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE MARCA INJEX

PREÇO UNITÁRIO: 0,3887

PREÇO TOTAL: 616.983,51

Validade proposta : 12 meses

Validade produtos: 24 meses

Pagamento: 30 dias

Entrega: conforme cronograma do edital.10 dias

Vicente de Paulo Machado
C. 054342 - 054115

Ourinhos, 16 de novembro de 2020.



LICITAÇÕES

Governadoria do Estado

Secretaria de Estado do Governo - SEG -

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO, comunica que realizou 02 (dois) procedimentos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico - Edital nº 021/2020, tendo como resultado - desertos. Deste modo, na forma do art. 24, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o art. 24, inciso XII da mesma lei, a Secretaria de Estado do Governo torna público a Dispensa de Licitação, visando à contratação da empresa Hortigil Hortifruti S/A, para fornecimento de Gêneros Alimentícios - Hortifrutigranjeiros, para atender as necessidades desta Secretaria de Estado do Governo, no valor total de R\$ 70.664,16.

Processo: 2020-2V4V7

PAULO MENDES DE OLIVEIRA LOPES

Presidente da Comissão de Licitação em substituição

RATIFICO a dispensa de Licitação nos termos dispostos no Art. 24, Inciso V e XII da Lei 8.666/93.

Vitória, 21 de dezembro de 2020.

RICARDO CLAUDINO PESSANHA

Subsecretário de Estado de Governo para Assuntos Administrativos

Protocolo 635018

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO A SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO,

comunica que realizou 02 (dois) procedimentos licitatórios na modalidade Pregão Eletrônico - Edital nº 027/2020, tendo como resultado - desertos. Deste modo, na forma do art. 24, inciso V da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o art. 24, inciso XII da mesma lei, a Secretaria de Estado do Governo torna público a Dispensa de Licitação, visando à contratação da empresa HFL ALVES PESCADOS ME, para fornecimento de Gêneros Alimentícios- Peixes e Mariscos, para atender as necessidades desta Secretaria de Estado do Governo, no valor total de R\$ 27.950,40.

Processo: 2020-GGZWP

PAULO MENDES DE OLIVEIRA LOPES

Presidente da Comissão de Licitação em substituição

RATIFICO a dispensa de Licitação nos termos dispostos no Art. 24, Inciso V e XII da Lei 8.666/93.

Vitória, 21 de dezembro de 2020.

RICARDO CLAUDINO PESSANHA

Subsecretário de Estado de Governo para Assuntos Administrativos
Protocolo 635020

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER -

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão n.º 006/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS - SEGER, torna público, de acordo com as Leis n.º 10.520/2002 e 8.666/1993 e o Decreto Estadual n.º 2.458-R/2010, o seguinte resultado de licitação:

Processo Nº: 2020-BX15N

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de *service desk* para o sistema integrado de gestão administrativa - SIGA.

Empresa Vencedora: ILHA SERVICE TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA

LOTE ÚNICO

Valor Global: 1.099.980,00 (Um milhão, noventa e nove mil, novecentos e oitenta reais).

O referido lote foi devidamente homologado pela autoridade competente em 17/12/2020.

Informações através do e-mail: mailto:gelic@seger.es.gov.br.

Alvaro Viana Brandão Pregoeiro/SEGER

Protocolo 635033

Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP -

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2020

A Escola de Serviço Público do Espírito Santo - ESESP, torna público aos interessados, de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores, o resultado do Pregão Eletrônico N.º 009/2020, Proc. 2020-20QFF, para contratação de empresa especializada em manutenção e conservação de jardinagem e paisagismo, para atender a sede da ESESP, conforme disposto no Anexo I do Edital.

Empresa Vencedora: **Ambservice Limpeza e Conservação Fireli ME.**

Valor Mensal: R\$ 1.131,99 (Mil, cento e trinta e um reais e noventa e nove centavos). O presente resultado foi devidamente homologado pela Diretora Presidente da ESESP.

Vitória, 21 de Dezembro de 2020.

Rodrigo Amorim Cristello Pregoeiro CPL/ESESP

Protocolo 634845

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ -

Banco do Estado do Espírito Santo S/A - BANESTES -

BANESTES S/A Torna Público de acordo com as disposições legais.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00432020.

OBJETO: **Locação de veículos sem motoristas.**

Publicações disponíveis no site <http://www.banestes.com.br/> e <http://www.gov.br/compras>

Vitória a, ES, 21 de Dezembro de 2020.

EQUIPE DE PREGÃO ANSELMO MAGESKI Pregoeiro

Protocolo 634938

Secretaria de Estado da Saúde - SESA -

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 0267/2020

Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.

Processo Nº: 2020-1Q15T

Objeto: Contratação de Serviços de Hospedagem com Alimentação e Lavanderia para Atendimento Exclusivo aos Trabalhadores da Área da Saúde.

Lote 01 Revogado
Lote 02 Revogado
Lote 03 Revogado
Lote 04 Fracassado
Lote 05 Fracassado

Informações: através do e-mail mailto:sesacl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5756, de 9 as 18h.

Em 21 de dezembro de 2020.

VALERIA CACCIARI VERVOLET Pregoeira CPL/SESA

Protocolo 635038

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0813/2020

Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.

Processo Nº: 2020-SF2RJ

Objeto: Aquisição de Bem de Consumo - Teste Imunocromatográfico para Detecção Qualitativa de Antígenos Sars-Cov-2.

Situação: **SUSPENSO SINE DIE**

Informações: através do e-mail mailto:sesacl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 21 de dezembro de 2020.

Valéria Cacciari Vervloet Pregoeira da SESA

Protocolo 634988

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0763/2020

Órgão/Entidade: SESA - Secretaria de Estado da Saúde.

Processo Nº: 2020-225S7

Objeto: Aquisição de Bem Permanente - Veículo Tipo Van.

Situação: **SUSPENSO SINE DIE**

Informações: através do e-mail mailto:sesacl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 21 de dezembro de 2020.

Valéria Cacciari Vervloet Pregoeira da SESA

Protocolo 634990

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 1322/2020

ÓRGÃO/ENTIDADE: Secretaria de Estado da Saúde - SESA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2020-ZBT30

EDITAL: Pregão nº 0610/2020

LOTE 01

OBJETO: Registro de Preços de Material Médico Hospitalar

EMPRESA: Injex Industrias Cirurgicas Ltda



CNPJ: 59.309.302/0001-99
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 82.945,00

LOTE 04
OBJETO: Registro de Preços de Material Médico Hospitalar
EMPRESA: Injex Industrias Cirurgicas Ltda
CNPJ: 59.309.302/0001-99
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 279.913,40

LOTE 05
OBJETO: Registro de Preços de Material Médico Hospitalar
EMPRESA: Injex Industrias Cirurgicas Ltda
CNPJ: 59.309.302/0001-99
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 465.936,54

LOTE 06
OBJETO: Registro de Preços de Material Médico Hospitalar
EMPRESA: Injex Industrias Cirurgicas Ltda
CNPJ: 59.309.302/0001-99
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 616.983,51
VIGÊNCIA: 23/12/2020 a 22/12/2021

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
Subsecretária de Estado da Atenção à Saúde
Protocolo 634989

Hospitais

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 0060/2020
Órgão/Entidade: Hospital Estadual São José do Calçado
Processo: 2020-100LS
Objeto: Registro de preços de Material Médico
Valor Estimado: R\$:643.521,58
Acolhimento das propostas: 13h do dia 22/12/2020
Abertura das Propostas 13:50 do dia 07/01/2021
Abertura Sessão Pública: 14h do dia: 07/01/2021

O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço <http://www.compras.es.gov.br/>

Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema **SIGA** conforme instruções contidas no endereço <http://www.compras.es.gov.br//cadastro-de-fornecedores>.

Contato: <mailto:hsjc.compras@saude.es.gov.br>
TEL/Fax: (28) 3556-1835
Maria da Conceição Gomes Felix Pregoeira/HESJC
São José do Calçado, 21/12/2020
Protocolo 634749

HOSPITAL MATERNIDADE SILVIO AVIDOS

AVISO DE DESERTO

A SESA, através do Hospital Maternidade Sílvio Avidos, torna público, de acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações,

Resultado do Pregão Eletrônico conforme descrição abaixo:

* **EDITAL Nº 0060/2020**

PROCESSO: 2020-QH18B

OBJETO: Aquisição de Medicamentos
Lote 01 - DESERTO
INFORMAÇÕES PELO FONE: (27) 3721.1109 OU NO LOCAL ACIMA INDICADO DAS 08 ÀS 16 HORAS. COLATINA 21.12.2020

SHIRLAINE CAMARGO PRETTI
CPL/HMSA
Protocolo 634753

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

ÓRGÃO: Secretaria de Estado da Saúde - SESA / Hospital Antonio Bezerra de Faria - HABF
PROCESSO nº 2020-607MV
PREGÃO ELETRÔNICO nº 0104/2020
OBJETO: **Material de Consumo - Pilhas**

ATA nº 0206/2020
CONTRATADA: TCI Telôes Locações Ltda
CNPJ: 09.177.375/0001-04
LOTES: 01 (pilha AA, cartela c/ 02 un) e 03 (pilha M, cartela c/ 02 un)
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 17.200,86

ATA nº 0207/2020
CONTRATADA: Nathalia D Felipe - MP Comercio de Vestuario Eireli
CNPJ: 30.950.184/0001-11
LOTE: 02 (pilha AAA, cartela c/ 02 un)
VALOR TOTAL DA ATA: R\$ 14.867,50

Vigência: 23/12/2020 a 22/12/2021.
A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br

Fábio Renato de Souza Diehl
Diretor Geral / HABF
(respondendo)
Protocolo 635045

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0279/2020
ÓRGÃO/ENTIDADE: Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória (HINSG)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 2020-SGX26
EDITAL: modalidade pregão nº 0114/2020
LOTES : 01,04

OBJETO: materiais médicos-hospitalares
EMPRESA: LIFETEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 01.279.711/0001-00
VALOR GLOBAL DOS LOTES: R\$ 61.420,00 (Sessenta e um mil quatrocentos e vinte reais)
VIGÊNCIA: 23/12/2020 a 22/12/2021

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço WWW.compras.es.gov.br
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA: THAIS VIEIRA CHIESA REGADO
CARGO: Diretora Geral - HINSG
Protocolo 634944

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 0280/2020
ÓRGÃO/ENTIDADE: Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória (HINSG)
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 2020-SGX26

EDITAL: modalidade pregão nº 0114/2020

LOTE : 03
OBJETO: materiais médicos-hospitalares

EMPRESA: SNMED - COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI - ME
CNPJ: 06.879.813/0001-80
VALOR GLOBAL DOS LOTES: R\$ 930.000,00 (Novecentos e trinta mil reais)

VIGÊNCIA: 23/12/2020 a 22/12/2021

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço WWW.compras.es.gov.br
RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA: THAIS VIEIRA CHIESA REGADO
CARGO: Diretora Geral - HINSG
Protocolo 634947

Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social - SESP -

Polícia Militar - PM-ES -

Diretoria de Saúde da PMES - HPM

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 0088/2020

Órgão/Entidade: Diretoria de Saúde da PMES / DSPM
Processo Nº: 2020-MVWVM
Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO FÍSICA PARA DIRETORIA DE SAÚDE DA PMES.

Lote 03
Empresa vencedora: HAND LIFE SUPRIMENTOS MEDICOS E FISIOTERAPICOS EIRELI - EPP.
Valor global do lote: R\$ 12.255,90.

Lote 04
Empresa vencedora: ALILES M VIEIRA - COMERCIO E ADMINISTRACAO DE SERVICOS - ME
Valor global do lote: R\$ 5.967,00.
Lote 05
Empresa vencedora: HAND LIFE SUPRIMENTOS MEDICOS E FISIOTERAPICOS EIRELI - EPP.
Valor global do lote: R\$ 5.799,00.

Lote 06
Empresa vencedora: ALILES M VIEIRA - COMERCIO E ADMINISTRACAO DE SERVICOS - ME.
Valor global do lote: R\$ 2.075,00.
Lote 08
Empresa vencedora: EGR EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES EIRELI.
Valor global do lote: R\$ 3.599,92.

Lote 09
Empresa vencedora: ALILES M VIEIRA - COMERCIO E ADMINISTRACAO DE SERVICOS - ME.
Valor global do lote: R\$ 8.665,00.

O(s) referido(s) lote(s) foi(ram) devidamente homologado(s) pela Autoridade Competente em 21/12/2020.

Contato: De segunda a sexta-feira, de 08 às 12 horas e de 13 às 17 horas - telefone (27) 3636-6506, telefax (27) 3636-6507 e/ou e-mail mailto:pregao.ds@pm.es.gov.br

Leonardo F. de Albuquerque
Pregoeiro Substituto/DSPM
Protocolo 634854

Polícia Civil - PC-ES -

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO nº 081/2020

Órgão: Polícia Civil do Estado do Espírito Santo / PCES

E'Docs nº: 2020-N0FTZ

Objeto: aquisição de material de consumo para vistoria veicular (thinner comum)

LOTE ÚNICO - Resultado: FRACASSADO

Marília Brostel Corrêa Meneghim
Pregoeira / PCES
Protocolo 634803

Corpo de Bombeiros Militar - CBM-ES -

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O FUNREBOM torna público, de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, o resultado da seguinte licitação:

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 0034/2020 - Processo nº 2020-5N8VG, objetivando a aquisição de tintas e materiais para pintura. **Resultado: Fracassado.**
Vitória 21/12/2020

Gilson Pinheiro Filho - Tenente BM
Pregoeiro do CBMES
Protocolo 634995

Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN -

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2020 - CELP

Órgão/Entidade: DETRAN- Departamento Estadual de Trânsito.

Processo Nº: 2019-3B685
Objeto: Aquisição, implantação, manutenção e suporte de Plataforma Tecnológica Integrada de Monitoramento Veicular, visando otimizar o monitoramento de trânsito, fazendário, ambiental e de segurança pública nas rodovias estaduais e demais vias públicas do Estado do Espírito Santo, com o uso de inteligência artificial para identificar irregularidades, de acordo com o Edital e seus anexos.

Valor Global Estimado: R\$ 159.213.787,49.

Acolhimento de propostas: 23/12/2020 às 09:00h a 11/01/2021 às 14:00h).

Abertura de propostas: 11/01/2021 às 14:30h.

Abertura da sessão pública:



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 22/12/2020 08:45:05 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ALESANDRO JOSE LIBERATTO JUSTO (ASSISTENTE GERENCIA QC-02 - SESA - NECV)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2020-4W3PD1>